



001. Os poderes se organizam na Constituição Federal num sistema harmônico de independência e controle. Sobre organização dos Poderes, assinale a correta:

- A) Os Poderes da Comissões Parlamentares de Inquérito são os do magistrado na instrução processual penal, relacionados à dilação probatória e aos poderes cautelares, podendo também a CPI quebrar sigilos bancários, determinar escutas telefônicas e realizar buscas e apreensões sem autorização judicial.
- B) A função legislativa é definida pela criação de direitos e das obrigações de forma geral e abstrata, possuindo o Poder Legislativo também a função de fiscalizar.
- C) A função do Tribunal de Contas é apenas optativa, atuando como órgão auxiliar do parlamento, assim, o Poder Legislativo pode aprovar as contas do Chefe do executivo, mesmo que elas tenham sido rejeitadas pelo Tribunal de Contas e essa aprovação pode se dar sem motivação.
- D) O Poder Legislativo nos Estados Federativos se organiza em uma estrutura bicameral, exercido por meio do Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Esse bicameralismo está intimamente ligado à escolha, feita pelo legislador constituinte, da forma federativa do Estado.
- E) O Poder Executivo não possui atividade legislativa definida na Constituição Federal.

002. A Administração Pública possui regime jurídico no texto constitucional de direito público e condicionado aos princípios expresso no *caput* do artigo 37. Sobre esse regime jurídico, assinale a correta:

- A) O princípio da eficiência decorre do texto constitucional, determinando a otimização do exercício da função pública, estabelecendo para a administração Pública a exigência de opção pela solução mais barata, independente de critério de qualidade.
- B) Os servidores públicos obrigatoriamente recebem por meio de subsídio.
- C) Todo cidadão que é aprovado em concurso público para ocupar um cargo público tem direito adquirido à nomeação e posse.
- D) Subsídio é uma parcela única de remuneração que não admite a agregação de valores.
- E) O princípio da moralidade se traduz nos padrões de moral reproduzidos em sociedade, alterando-se de acordo com aspectos culturais, sociais, regionais, sendo dinâmico e tendo como elementos nucleares as idéias de honestidade, lealdade e boa-fé.

003. Sobre os princípios que norteiam o exercício da função pública dentro da Administração Pública, assinale a correta:

- A) É possível a acumulação remunerada de dois cargos públicos de natureza técnica, como dois cargos de engenheiro.
- B) Pelo princípio da publicidade toda publicidade oficial poderá ter o caráter de informação, educação, orientação social e pode possibilitar a promoção pessoal de autoridades.
- C) A isonomia assegura tratamento igual aos iguais e desigual aos desiguais na exata medida da sua desigualdade.
- D) Função pública é o exercício de um poder, facultativo e relacionado a uma finalidade de interesse da Administração.
- E) O princípio da legalidade determina ao administrador área de liberdade, pois ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer senão em virtude de lei.

004. O processo legislativo brasileiro se organiza a partir de espécies legislativas definidas no artigo 59 da Constituição Federal. Sobre esse assunto, assinale a correta:

- A) O processo legislativo sumário pressupõe prazo na deliberação parlamentar e regime de urgência e é requerido pelo Presidente da República ou convocado diretamente pelo texto constitucional.
- B) A Emenda Constitucional n.º 32701 exclui a cláusula de convalidação.
- C) Atualmente veda-se a reedição sucessiva, mas se aceita a alteração de texto em medidas provisórias.
- D) O devido processo legislativo diz respeito à observância ao princípio da legalidade, portanto, o desrespeito ao devido processo legislativo gera inconstitucionalidade material e não propicia controle de constitucionalidade.
- E) O veto do Presidente da República caracteriza-se por ser expresso, imotivado, total ou parcial e insuperável.

005. Com relação às espécies normativas e ao processo legislativo brasileiro, assinale a correta:

- A) A lei complementar possui matéria reservada e também tem a necessidade de maioria simples para a sua aprovação.
- B) Os limites às Emendas Constitucionais são materiais (cláusulas pétreas), circunstanciais, formais e implícitos.
- C) A Medida Provisória tem como pressupostos a relevância e a urgência, mas estes não são requisitos de admissibilidade.
- D) A fase constitutiva do Processo Legislativo ordinário é a fase de deliberação executiva, quando ocorre ampla discussão e votação nas duas casas.
- E) O controle da Lei Delegada é exercido pelo Congresso, por meio do veto na deliberação executiva, e pelo Judiciário, por meio de controle abstrato.



006. O Devido Processo Legal é direito fundamental estatuído na Constituição Federal em uma dupla dimensão.

Considerando esse aspecto, assinale a correta:

- A) O contraditório pressupõe a possibilidade de produzir provas.
- B) Os princípios do contraditório e da ampla defesa possui dimensão formal e material.
- C) Admite a verdade sabida em processos administrativos e em processos judiciais.
- D) Não pressupõe a influência do acusado na instrução probatória.
- E) Somente é aplicável em processos judiciais.

007. A capacidade eleitoral ativa e a capacidade eleitoral passiva integram os direitos políticos e são delimitadores do seu exercício.

Em face dessa realidade, assinale a correta:

- A) Os partidos políticos não possuem direito a recursos do fundo partidário.
- B) A inelegibilidade absoluta pode ser fixada na lei infraconstitucional.
- C) A capacidade eleitoral ativa compreende as inelegibilidades absolutas.
- D) A inelegibilidade reflexa por motivos de casamento somente fica afastada no caso de o candidato já estar ocupando mandato eletivo e independe de desincompatibilização.
- E) A inelegibilidade relativa decorre do texto constitucional e da lei.

008. Em relação aos remédios constitucionais, assinale a correta:

- A) A garantia da coisa julgada é da coisa julgada formal.
- B) O direito adquirido é sinônimo de direito expectado.
- C) A ação civil pública possui como legitimado o Ministério Público.
- D) O mandado de injunção possibilita o exercício de direito líquido e certo, não amparável por *habeas corpus* ou *habeas data*.
- E) O mandado de segurança não é uma ação residual.

009. Os direitos sociais caracterizam o Estado Social Brasileiro.

Em relação aos direitos sociais, assinale a correta:

- A) Possuem como conteúdo material a dignidade da pessoa humana e a melhoria das condições de vida do cidadão.
- B) A previdência social não depende de contribuição para ser usufruída.
- C) Os direitos sociais apresentam-se no texto constitucional como normas de aplicabilidade imediata e eficácia plena.
- D) Estão localizados na primeira geração de direitos fundamentais.
- E) A assistência social depende de contribuição social.

010. Em relação ao Sistema Tributário Nacional, assinale a correta:

- A) Imposto é tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente da atividade estatal específica. Decorre de fatos descritos na lei.
- B) Taxa é tributo cuja obrigação tem por fato gerador a valorização de imóveis urbanos em face de obras públicas.
- C) Contribuição de melhoria é tributo cuja obrigação tem por fato gerador o exercício do poder de polícia ou a utilização potencial e efetiva de serviços públicos prestados ao contribuinte.
- D) Pelo princípio da reserva de lei ou legalidade estrita a instituição ou aumento de tributo pode se dar por regulamento da Administração Pública.
- E) pelo princípio da personalização dos impostos e da capacidade contributiva os impostos não terão caráter pessoal e serão graduados segundo a ocupação profissional do contribuinte.

011. Sobre o regime de bens no casamento considere as questões abaixo, indicando a seguir a alternativa correta:

- I- O regime de bens nunca poderá ser alterado após a realização do casamento.
- II- O Código Civil de 2002 incluiu no ordenamento jurídico brasileiro o regime de bens de participação final nos aqüestos.
- III- Para as pessoas que se casam após os 55 (cinquenta e cinco) anos de idade o regime obrigatório será de separação de bens.
- IV- É permitido ao casal criar seu próprio regime de bens ao invés de optar pelos regimes pré-definidos em lei.

Estão corretas:

- A) todas.
- B) apenas I e III.
- C) apenas I, II e IV.
- D) apenas II e IV.
- E) apenas I e II.

012. Em relação ao divórcio analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:

- I- O divórcio dissolve o vínculo conjugal, permitindo que os cônjuges se casem novamente, se assim desejarem.
- II- É permitido o pedido de divórcio após o prazo de um ano da decisão concessiva da separação de corpos.
- III- O divórcio direto pode ser requerido após o prazo de dois anos da separação de fato do casal.
- IV- Pelo atual ordenamento jurídico brasileiro não é permitida a realização do divórcio sem a partilha de bens do casal.



É correta ou são corretas:

- A) apenas I, II e III.
- B) Todas.
- C) apenas I e IV.
- D) apenas II e III.
- E) apenas I e III.

013. Sobre a averiguação oficiosa da paternidade, de acordo com o disposto na Lei 8560/92, é correto afirmar que:

- A) O oficial ouve a mãe e procede ao registro remetendo ao juiz certidão integral da qual constará nome, prenome, profissão, identidade e residência do suposto pai. O juiz notifica o suposto pai, salvo se for casado. No caso de o suposto pai confirmar expressamente a paternidade, será lavrado termo de reconhecimento e remetida certidão ao oficial do registro, para a devida averbação. Se o suposto pai não atender, no prazo de 30 dias, a notificação judicial, ou negar a alegada paternidade, o juiz remeterá os autos ao representante do Ministério Público para que, querendo, intente a ação de investigação de paternidade.
- B) O oficial procede ao registro e remete ao juiz certidão integral da qual constará nome e prenome, profissão, identidade e residência do suposto pai. O juiz notifica o suposto pai, independentemente de seu estado civil. Em seguida ouve a mãe sobre a paternidade alegada. No caso de o suposto pai confirmar expressamente a paternidade, os autos serão remetidos ao oficial do registro para lavratura do termo de reconhecimento e para a devida averbação. Se o suposto pai não atender, no prazo de 30 dias, a notificação judicial, ou negar a alegada paternidade, o juiz remeterá os autos ao representante do Ministério Público para que intente, havendo elementos suficientes, a ação de investigação de paternidade.
- C) O oficial procede ao registro e remete ao juiz certidão integral da qual constará nome e prenome, profissão, identidade e residência do suposto pai. O juiz ouve a mãe sobre a paternidade alegada e notifica o suposto pai, salvo se for casado. No caso de o suposto pai confirmar expressamente a paternidade, será lavrado termo de reconhecimento e remetida certidão ao oficial do registro, para a devida averbação. Se o suposto pai não atender, no prazo de 30 dias, a notificação judicial, ou negar a alegada paternidade, o juiz remeterá os autos ao representante do Ministério Público para que, querendo, intente, a ação de investigação de paternidade.
- D) Em registro de nascimento de menor apenas com a maternidade estabelecida, o oficial remeterá ao juiz certidão integral do registro e o nome e prenome, profissão, identidade e residência do

suposto pai, a fim de ser averiguada oficialmente a procedência da alegação. O juiz, sempre que possível, ouvirá a mãe sobre a paternidade alegada e mandará, em qualquer caso, notificar o suposto pai, independentemente de seu estado civil. No caso de o suposto pai confirmar expressamente a paternidade, será lavrado termo de reconhecimento e remetida certidão ao oficial do registro, para a devida averbação. Se o suposto pai não atender, no prazo de 30 dias, a notificação judicial, ou negar a alegada paternidade, o juiz remeterá os autos ao representante do Ministério Público para que intente, havendo elementos suficientes, a ação de investigação de paternidade.

- E) Feito o registro de nascimento apenas com a maternidade estabelecida, o oficial remeterá ao juiz certidão integral do registro e o nome e prenome, profissão, identidade e residência do suposto pai, a fim de ser averiguada oficialmente a procedência da alegação. O juiz notifica o suposto pai, salvo se for casado, quando então, obrigatoriamente, a diligência deverá ser cumprida em segredo de justiça. No caso de o suposto pai confirmar expressamente a paternidade, os autos serão remetidos ao oficial do registro para lavratura do termo de reconhecimento e para a devida averbação. Se o suposto pai não atender, no prazo de 10 dias, a notificação judicial, ou negar a alegada paternidade, o juiz remeterá os autos ao representante do Ministério Público para que intente, havendo elementos suficientes, a ação de investigação de paternidade.

014. Filiação é estado familiar da pessoa que decorre do fato ou do direito e, um vez legalmente estabelecido faz emergir poderes e deveres de que decorrem efeitos a partir do nascimento, ainda que somente *a posteriori* à filiação seja declarada estabelecida. Sobre o assunto, analise as afirmativas:

- I- O Código Civil brasileiro classifica os seguintes tipos de filiação de acordo com a origem: legítima, ilegítima, incestuosa ou espúria.
- II- É possível o reconhecimento de filho realizado como disposição de última vontade, por meio de testamento público.
- III- Para o reconhecimento de filhos concebidos na constância do casamento aplica-se a presunção absoluta *pater iste est*.
- IV- A prova da impotência *generandi* do varão à época da concepção não ilide a presunção de paternidade.

Está correta ou estão corretas:

- A) Somente I, II e III.
- B) Somente II e IV.
- C) Somente I e II.
- D) Somente II.
- E) Todas.



015. Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:

I- A Constituição Federal e o Código Civil de 2002 admitem a conversão da união estável em casamento.  
II- Nos casos em que um dos cônjuges não puder comparecer pessoalmente à cerimônia de casamento civil, admite-se o casamento por procuração, que poderá ser feita por instrumento particular.

III- A viúva que tiver filho com o cônjuge falecido não poderá se casar antes do inventário e partilha de bens do *de cujus*. A infringência a essa regra constitui impedimento para o casamento, podendo ser denunciada por qualquer pessoa que tiver conhecimento do fato.

IV- O casamento denominado **nuncupativo** é aquele que ocorre quando um dos nubentes encontra-se em iminente risco de vida.

Está correta ou estão corretas:

- A) Todas.
- B) Somente II e IV.
- C) Somente II e III.
- D) Somente I.
- E) Somente I e IV.

016. Pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro.

Quanto às cláusulas especiais da compra e venda, é correto afirmar que:

I - Na cláusula da retrovenda, o vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de três anos, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador, inclusive as que, durante o período de resgate, efetuaram-se com a sua autorização escrita, ou para a realização de benfeitorias necessárias.

II – A venda feita a contento do comprador entende-se realizada sob condição suspensiva, enquanto que a venda sujeita à prova presume-se feita sob a condição resolutiva.

III – Na venda da coisa móvel com reserva de domínio, verificada a mora do comprador, poderá o vendedor mover contra ele a competente ação de cobrança das prestações vencidas e vincendas e o mais que lhe for devido; ou poderá recuperar a posse da coisa vendida, sendo-lhe facultado o direito de reter as prestações pagas para cobrir a depreciação da coisa e demais despesas que vier a comprovar. Se houver valor excedente, devolverá ao comprador, o que faltar lhe será cobrado.

IV – Responderá por perdas e danos o comprador, se alienar a coisa sem ter dado ao vendedor ciência do preço e das vantagens que por ela lhe oferecem. Responderá solidariamente o adquirente, se tiver procedido de má-fé.

É correta ou são corretas:

- A) apenas II e III.
- B) apenas I e III.
- C) apenas I, III e IV.
- D) apenas I.
- E) apenas I e IV.

017. Os requisitos de existência do negócio jurídico são seus elementos estruturais, na falta de qualquer deles o negócio jurídico inexistente.

Sobre tal afirmativa marcar V para as assertivas verdadeiras e F para as assertivas falsas:

( ) A vontade é um elemento de caráter subjetivo, que se extereoriza pela sua declaração, sendo esta requisito de existência do negócio jurídico.

( ) O silêncio pode ser considerado manifestação tácita de vontade e, em determinadas circunstâncias, produz efeitos jurídicos.

( ) O Código Civil de 2002 não contemplou o instituto da reserva mental, por entender-se que é irrelevante à validade e existência do negócio jurídico.

( ) A idoneidade do objeto é necessária para a realização do negócio jurídico que se pretende realizar, apresentando os requisitos ou qualidades que a lei exige para que o negócio produza os efeitos desejados.

( ) A finalidade negocial ou jurídica é o propósito de adquirir, conservar, modificar e extinguir direitos.

Marcar a seqüência correta:

- A) V,V,F,V,V.
- B) V,V,F,V,F.
- C) F,V,V,F,V.
- D) F,F,F,V,V.
- E) V,F,V,F,F.

018. A alienação fiduciária regulada pela Lei 9.514/97 é o negócio jurídico pelo qual o devedor, ou fiduciante, com o escopo de garantia, contrata a transferência ao credor, ou fiduciário, da propriedade resolúvel de coisa imóvel. Podemos afirmar o que segue:

I - A alienação fiduciária poderá ser contratada por pessoa física ou jurídica, não sendo privativa das entidades que operam no SFI, podendo ter como objeto, além da propriedade plena, bens enfitêuticos, hipótese em que será exigível o pagamento do laudêmio, se houver a consolidação do domínio útil no fiduciário.

II – Constitui-se a propriedade fiduciária de coisa imóvel mediante registro, no competente Registro de Imóveis, do contrato que lhe serve de título.

III – Vencida e não paga a dívida, o fiduciante, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído, será intimado, a requerimento do fiduciário, pelo oficial do competente Registro de Imóveis, a satisfazer, no prazo de dez dias, a prestação vencida e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições



condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação.

IV - Vencida e não paga, no todo ou em parte, a dívida e constituído em mora o fiduciante, consolidar-se-á, a propriedade do imóvel em nome do fiduciário.

Marcar a alternativa correta:

- A) II, III e IV estão corretas.
- B) I, II e IV estão corretas.
- C) II e III estão **INCORRETAS**.
- D) somente III está correta.
- E) I e III estão **INCORRETAS**.

019. Contrato é um acordo de vontades que tem como finalidade criar, modificar e extinguir direitos. Algumas vezes resulta em negociações preliminares, outras vezes não se mostra conveniente a contratação definitiva. Nestes termos podem os interessados firmar um contrato provisório ou preliminar.

Marcar a resposta correta:

- A) Concluído o contrato preliminar e desde que dele não conste cláusula de arrependimento, qualquer das partes terá o direito de exigir a celebração do contrato definitivo, assinando prazo à outra para que o efetive. O contrato preliminar não será levado ao registro competente.
- B) Se no contrato preliminar for estipulado o direito de arrependimento para qualquer das partes, as arras ou sinal terão função unicamente indenizatória. Neste caso, quem as deu perdê-las-á em benefício da outra parte; e quem as recebeu devolvê-las-á, mais o equivalente. Em ambos os casos haverá direito à indenização suplementar.
- C) Se o estipulante não der execução ao contrato preliminar, poderá a outra parte considerá-lo desfeito, sem direito a exigir as perdas e danos.
- D) O contrato preliminar, exceto quanto à forma, deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado, quais sejam, objeto lícito, possível, determinado e determinável, bem como que os contraentes tenham capacidade genérica para a vida civil.
- E) É inadmissível que o juiz supra a vontade da parte inadimplente ao contrato preliminar, conferindo a este caráter definitivo, mesmo que a natureza da obrigação assim o permita.

020. O capítulo V do Código Civil de 2002 trata da Invalidez do Negócio Jurídico, quanto a suas nulidades e anulabilidades, sendo correto afirmar que:

I – Em caso de nulidade absoluta, o negócio jurídico não produz qualquer efeito, pois ofende princípios de ordem pública, operando *ex tunc*. Pode ser alegada por qualquer interessado, devendo ser pronunciada de ofício pelo juiz.

II – É nulo o negócio jurídico simulado, quando os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados.

III – O negócio nulo produz efeitos até o momento em que é decretada a sua invalidade, isto é, efeitos *ex tunc*.

IV – Anulabilidade é a sanção imposta em lei quando o negócio jurídico se apresenta eivado de vício do consentimento ou quando for firmado por agente relativamente incapaz, operando *ex nunc*.

É correta ou são corretas:

- A) I, II e IV.
- B) apenas II e III.
- C) apenas I e II.
- D) apenas III e IV.
- E) apenas I e III.

021. Os elementos acidentais do negócio jurídico são cláusulas que se acrescentam facultativamente a este com a finalidade de alterar as suas conseqüências naturais.

Nestes termos, marcar a resposta correta:

- A) O encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição resolutiva.
- B) Ao titular do direito eventual, nos casos de condição suspensiva ou resolutiva, não é permitido praticar os atos destinados a conservá-lo.
- C) Se for resolutiva a condição, enquanto esta se não realizar, vigorará o negócio jurídico, podendo exercer-se desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido.
- D) O termo inicial suspende o exercício e a aquisição do direito.
- E) Salvo disposição legal ou convencional em contrário, computam-se os prazos, incluindo o dia do começo, e excluindo o do vencimento.

022. Opera-se o mandato quando alguém recebe de outrem poderes para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses. A procuração é o instrumento do mandato.

Nestes termos, marcar a resposta correta:

- A) O mandante é obrigado a pagar ao mandatário a remuneração ajustada e as despesas da execução do mandato, quando o negócio surta o efeito esperado, pois se trata de uma obrigação de resultado.
- B) Para alienar, hipotecar, transigir, ou praticar outros quaisquer atos, depende a procuração de poderes exclusivamente de administração.
- C) O instrumento particular deve conter a indicação do lugar onde foi passado, a qualificação do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. Somente o terceiro com quem o mandatário tratar poderá exigir que a procuração traga a firma reconhecida.
- D) O mandatário pode compensar os prejuízos a que deu causa com os proveitos que, por outro lado, tenha obtido a favor de seu constituinte.
- E) Conferido o mandato com a cláusula “em causa própria”, a sua revogação terá eficácia e se extinguirá pela morte de qualquer das partes, ficando o mandatário dispensado de prestar contas.



023. O Código Civil de 2002 trata dos diversos modos de aquisição, separando a propriedade imóvel da móvel, conferindo tratamento diferenciado a uma e outra. Dos diferentes modos de aquisição, apontar a alternativa INCORRETA:

- A) Se o teor do registro translativo de propriedade não exprimir a verdade, poderá o interessado reclamar que se retifique ou anule. Uma vez cancelado o registro, poderá o proprietário reivindicar o imóvel, independentemente da boa-fé ou do título do terceiro adquirente.
- B) Transfere-se entre vivos a propriedade mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis. No entanto, enquanto não se registrar o título translativo, o alienante continua a ser havido como dono do imóvel, como também não se promover, por meio de ação própria, a decretação de invalidade do registro, e o respectivo cancelamento, o adquirente continua a ser havido como dono do imóvel.
- C) Aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- D) Aquisição por acessão pode dar-se: por formação de ilhas; por aluvião; por avulsão; por abandono de álveo; por plantações ou construções.
- E) O possuidor que houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

024. O contrato é a mais importante fonte de obrigação e a mais comum, devido às inúmeras formas e conseqüências jurídicas. Portanto, negócio jurídico resultante do consenso de duas vontades.

Dentro destas definições, podemos afirmar que:

I – O Código Civil de 2002 em seu artigo 421 expressa a concepção social do contrato, como um dos pilares da teoria contratual moderna, aliado aos princípios da autonomia da vontade e obrigatoriedade.

II – A função social é cláusula geral, portanto norma de ordem pública, podendo o juiz aplicá-la *ex officio*, independente de pedido da parte ou do interessado.

III – O Código Civil prevê a possibilidade de celebração do contrato consigo mesmo, desde que a lei ou o representado autorizem a sua realização. Sem a observância dessa condição, o negócio é nulo.

IV – Os requisitos de validade do contrato podem ser distribuídos em subjetivos, objetivos e formais. Os requisitos subjetivos consistem na manifestação de vontade de duas partes, aptidão específica para contratar e no consentimento.

É correta ou são corretas:

- A) apenas I e II.
- B) apenas II e III.
- C) apenas I.
- D) I, II e IV.
- E) apenas III e IV.

025. Segundo o artigo 1.332 do Código Civil de 2002 o condomínio edilício é instituído por ato entre vivos ou testamento, registrado no Cartório de Registro de Imóveis.

Sobre o condomínio edilício, podemos afirmar o que segue:

I – Os direitos de cada condômino às partes comuns são inseparáveis de sua propriedade exclusiva; são também inseparáveis das frações ideais correspondentes às unidades imobiliárias, com as suas partes acessórias. Nestes casos, é possível alienar ou gravar os bens em separado.

II - O condômino que não pagar a sua contribuição ficará sujeito aos juros moratórios convencionados ou, não sendo previstos, os de um por cento ao mês e multa de até dois por cento sobre o débito, sendo possível a cobrança progressiva até o limite de dez por cento sobre o débito, desde que aprovado em assembléia.

III - O adquirente de unidade responde pelos débitos do alienante, em relação ao condomínio, inclusive multas e juros moratórios.

IV - Depende da aprovação de dois terços dos votos dos condôminos a alteração da convenção e do regimento interno. A mudança da destinação do edifício, ou da unidade imobiliária, depende de aprovação pela unanimidade dos condôminos.

V - Se a edificação for total ou consideravelmente destruída, ou ameace ruína, os condôminos deliberarão em assembléia sobre a reconstrução, ou venda, por votos que representem a integralidade das frações ideais.

- A) II e III estão **INCORRETAS**.
- B) somente III e IV estão corretas.
- C) II, III e IV estão corretas.
- D) somente III está **INCORRETA**.
- E) I e III estão **INCORRETAS**.



026. Com a entrada em vigor do Código Civil de 2002 ocorreu a derrogação da Lei 10.257/2001 – Estatuto da Cidade – no que tange ao direito de superfície. O direito de superfície passou a ser regulado inteiramente pelos artigos 1.369 a 1.377 do CC/2002. Sobre o direito de superfície, é correto afirmar:

- A) Trata-se do direito de o proprietário de imóvel, urbano ou rural, conceder a outrem o direito de construir ou de plantar em seu terreno, por tempo determinado, mediante escritura pública devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis competente.
- B) O direito de superfície pode transferir-se a terceiros e, por morte do superficiário, aos seus herdeiros, podendo ser estipulado pelo concedente, pagamento pela transferência.
- C) Resolver-se-á a concessão do direito de superfície somente na ocorrência do termo final, mesmo que o superficiário dê ao terreno destinação diversa daquela para que foi concedida.
- D) Extinta a concessão, o proprietário passará a ter a propriedade plena sobre o terreno, construção ou plantação, não tendo o superficiário direito à indenização, ainda que haja previsão expressa nesse sentido.
- E) Em caso de extinção do direito de superfície, a indenização será paga ao proprietário exclusivamente.

027. Considerando as modalidades de obrigações previstas no Código Civil Brasileiro, numere a segunda coluna relacionando-a com a primeira.

Primeira coluna

1. Obrigação alternativa
2. Obrigação genérica ou de dar coisa incerta
3. Obrigação de fazer
4. Obrigação de dar coisa certa

Segunda coluna

- ( ) Impossibilitando-se, sem culpa do devedor, uma das prestações, este continua obrigado pela prestação subsistente.
- ( ) Antes da tradição os riscos com o perecimento da coisa objeto da prestação correm por conta do devedor.
- ( ) Antes da escolha, o devedor não poderá alegar perda da coisa nem mesmo por caso fortuito ou força maior.
- ( ) Tem por objeto a prestação pelo devedor de um fato positivo, que satisfará o interesse do credor.

Assinale a alternativa que contém a seqüência correta de cima para baixo:

- A) 1, 2, 4, 3.
- B) 1, 4, 2, 3.
- C) 1, 2, 3, 4.
- D) 2, 4, 1, 3.
- E) 4, 3, 2, 1.

028. A cláusula penal ou pena convencional é estabelecida em contrato como cláusula acessória ao contrato principal, mediante a qual a parte que descumprir total ou parcialmente o contrato ou alguma cláusula em especial, compromete-se a pagar a outra um valor em dinheiro ou a entregar-lhe de um bem fungível.

Sobre a matéria, assinale entre parênteses “V” para as alternativas verdadeiras e “F” para as falsas.

- ( ) A cláusula penal moratória pode ser exigida juntamente com o valor da obrigação principal e com perdas e danos.
- ( ) A cláusula penal será reduzido pelo juiz se o seu montante ultrapassar o valor da obrigação principal, ou se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte.
- ( ) A cláusula penal compensatória pode ser exigida juntamente com o valor da obrigação principal e com perdas e danos, independentemente de acordo entre as partes.
- ( ) Desde que estipulado em contrato, admite-se indenização suplementar, se o valor da cláusula penal compensatória for insuficiente para cobrir os prejuízos resultantes do inadimplemento. Nesse caso, o valor da penal valerá como mínimo, cabendo ao credor fazer prova do prejuízo excedente.

Assinale a alternativa que contém a seqüência correta:

- A) V, V, F, F.
- B) V, V, F, V.
- C) F, V, F, V.
- D) V, V, V, F.
- E) F, V, V, V.

029. De acordo com a disciplina jurídica dos juros moratórios prevista no Código Civil brasileiro de 2002, é correto afirmar:

- A) Nas obrigações provenientes de delito ou ato ilícito, os juros moratórios fluem da data da propositura da ação.
- B) No inadimplemento de obrigações positivas, líquidas e a termo, os juros moratórios fluem a partir da citação inicial.
- C) Os juros moratórios legais, quando não estipulados em contrato, serão devidos à taxa de 6% ao ano ou 0,5% ao mês.
- D) Não pode ser cumulada a cobrança de juros compensatórios e de juros moratórios pelo inadimplemento da mesma obrigação.
- E) Quando os juros moratórios não forem convencionados, ou forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.



030. São requisitos essenciais do testamento público:

I – ser escrito por tabelião ou por seu substituto legal, sem seu livro de notas.

II – ser lido em voz alta pelo tabelião ao testador e na presença de pelo menos uma testemunha, a um só tempo; ou pelo testador, se o quiser, na presença da testemunha e do oficial.

III – ser o instrumento, em seguida à leitura, assinado pelo testador, pelas testemunhas e pelo tabelião.

IV – o testamento público pode resultar de minuta preparada por terceiro, entregue ao tabelião pelo testador, com a declaração por ele feita, perante o notário e testemunhas, de que aquele é o seu testamento.

São corretas:

- A) I, II, III e IV.
- B) apenas I, II e III.
- C) apenas I, III e IV.
- D) apenas II e IV.
- E) apenas I e III.

031. Não podem ser nomeados herdeiros nem legatários:

- I. As testemunhas do testamento.
- II. A pessoa que, a rogo, escreveu o testamento.
- III. O tabelião que fizer ou aprovar o testamento.
- IV. Os descendentes de quem escreveu o testamento.

São corretas:

- A) I, II, III e IV.
- B) apenas I, II e III.
- C) apenas III e IV.
- D) apenas I e III.
- E) apenas II e IV.

032. O Novo Código Civil brasileiro vigente desde 11 de janeiro de 2003, em sua Parte Especial, Livro II, introduziu novos conceitos de empresa, empresário e sociedades.

Sobre o assunto, assinale as seguintes alternativas:

I - O advogado estabelecido com escritório para exercer profissionalmente a atividade econômica de prestação de serviços jurídicos, com o concurso de auxiliares e colaboradores, é considerado empresário ainda que o exercício da profissão não constitua elemento de empresa.

II. A lei assegurará tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país.

III. Para caracterização da microempresa nos termos do Estatuto da Microempresa, a pessoa jurídica e firma mercantil individual devem ter receita bruta anual igual ou inferior a 244 mil reais

IV. Para efeito de enquadramento no regime tributário simples, a microempresa deve ter faturamento bruto anual igual ou inferior a 120 mil reais.

São corretas:

- A) apenas III e IV.
- B) apenas I, II e III.
- C) apenas II e IV.
- D) apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

033. As sociedades podem sofrer transformações mediante fusão, incorporação e cisão.

Sobre o assunto assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Na fusão de duas ou mais sociedades, dado que os bens, direitos e obrigações das sociedades originais passam a integrar o patrimônio da nova sociedade, para fins tributários, são devidos o ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias - e ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis.
- B) Cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas de seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a versão.
- C) A fusão determina a extinção das sociedades que se unem para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações.
- D) As condições para a incorporação, fusão ou cisão deverão constar de protocolo firmado pelos órgãos de administração das empresas envolvidas no evento e suas operações deverão ser submetidas à assembléia geral, mediante justificção.
- E) Na cisão total, com extinção da empresa cindida, as sociedades que absorverem parcelas de seu patrimônio responderão solidariamente pelas obrigações da empresa extinta.

034. Segundo o direito brasileiro, título de crédito pode ser conceituado como “o documento escrito cuja apresentação física é necessária para o exercício do direito literal e autônomo, de pagamento de quantia em dinheiro, nele mencionado”.

Sobre o assunto assinale a alterativa INCORRETA:

- A) Deve o título de crédito conter a data da emissão, a indicação precisa dos direitos que confere e a assinatura do emitente.
- B) São caracteres típicos dos títulos de crédito a incorporação, a literalidade e a autonomia.
- C) É vedado o aval parcial em garantia do pagamento de título de crédito que contenha obrigação de pagar soma determinada, salvo as exceções previstas em lei
- D) Aquele que, sem ter poderes lança a sua assinatura em título de crédito como mandatário ou representante de outrem, fica pessoalmente obrigado, e, pagando o título, tem ele os mesmos direitos que teria o suposto mandante ou representado.
- E) A omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.





035. A Lei 8.078/90 define em seus artigos 2º e 3º os elementos da relação jurídica de consumo, tendo como sujeitos o consumidor e o fornecedor, como objeto o produto e o serviço.

Dentro destas definições, podemos afirmar que:

I - Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

II – Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária e as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

III - Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

IV - Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.

Marcar a alternativa correta:

- A) II e III estão **INCORRETAS**.
- B) II e III estão corretas.
- C) I, III e IV estão corretas.
- D) somente I está correta.
- E) II e IV estão **INCORRETAS**.

036. O Código de Defesa do Consumidor adotou a teoria da responsabilidade civil objetiva para o fornecedor de produtos e serviços.

Sobre esta matéria marcar V para as assertivas verdadeiras e F para as assertivas falsas:

- ( ) Responsabilidade objetiva do fornecedor de serviço, independente de culpa, salvo se o prestador de serviço for profissional liberal, situação em que será apurada a culpa – responsabilidade civil subjetiva.
- ( ) Em caso de vício do produto, o consumidor poderá exigir imediatamente a restituição imediata da quantia paga monetariamente atualizada, sem prejuízo das eventuais perdas e danos, uma vez que não há prazo para o fornecedor sanar o vício.
- ( ) Quanto ao vício do serviço, é vedado expressamente a reexecução por terceiros de confiança do consumidor, por conta e risco do fornecedor.
- ( ) O fornecedor não será responsabilizado pelo fato do produto quando provar: que não colocou o produto no mercado; que, embora haja colocado o produto no mercado, o defeito inexiste; culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
- ( ) Tendo mais de um autor a ofensa, todos responderão solidariamente pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo.

Marcar a seqüência correta:

- A) V,F,V,F,F.
- B) V,F,F,V,V.
- C) F,V,V,F,V.
- D) F,F,F,V,V.
- E) V,V,F,F,F.

037. O Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) expressa que os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.

Sobre os contratos de consumo, é correto afirmar:

- A) São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que estabeleçam inversão do ônus da prova a favor do consumidor.
- B) Nos contratos do sistema de consórcio de produtos duráveis, a compensação ou a restituição das parcelas quitadas, na forma deste artigo, terá descontada, somente a vantagem econômica auferida com a fruição.
- C) Nos contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações, bem como nas alienações fiduciárias em garantia, consideram-se válidas as cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto alienado.
- D) O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de sete dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.
- E) Nos contratos de adesão admite-se cláusula resolutória, desde que a alternativa, cabendo a escolha ao fornecedor, ressalvando-se o disposto no § 2.º do artigo 53, da Lei 8.078/90.

038. Dentre os princípios constitucionais que regem a organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná e disciplinam a constituição e estrutura, as atribuições e a competência do Tribunal de Justiça, de Juízes e dos Serviços Auxiliares inserem-se, sem prejuízo de outros, os seguintes:

Assinale a correta:

- A) legalidade, impessoalidade, e modicidade das custas e emolumentos.
- B) investidura, juiz imparcial e juiz natural.
- C) ampla defesa, contraditório e livre investigação da prova.
- D) concentração dos atos, instrumentalidade e economia processual.
- E) eventualidade, dispositivo, demanda.



039. São, exclusivamente, órgãos do Poder Judiciário do Estado do Paraná:

- A) Juízes de direito substitutos em entrância final, juízes eleitorais, Tribunal de Justiça.
- B) Tribunal de Justiça, Tribunal de Alçada, Tribunal Regional Federal.
- C) Tribunal de Justiça, Juízes de Paz, Juízes Federais.
- D) Juizados Especiais, Juízes do Trabalho, Juízes de Direito.
- E) Tribunal de Justiça, Tribunais do Júri, Juízes de Direito.

040. Sobre o Tribunal de Justiça do Paraná, é correto afirmar:

- I) Os Juízes de última entrância serão promovidos ao cargo de Desembargador pelo Presidente do Tribunal de Justiça nas vagas correspondentes à respectiva classe, por antiguidade e merecimento, alternadamente.
- II) O Tribunal de Justiça, órgão máximo do Poder Judiciário estadual, composto por 120 Desembargadores, tem sede na Capital e jurisdição em toda a região.
- III) 1/3 dos lugares do Tribunal de Justiça será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- IV) O Tribunal de Justiça funcionará em Tribunal Pleno, Órgão Especial, Conselho da Magistratura e em órgãos fracionados, na forma em que dispuserem a lei e o Regimento Interno.

Estão corretas:

- A) apenas II e III.
- B) apenas I e III.
- C) apenas I e IV.
- D) II, III e IV.
- E) I, III e IV.

041. A respeito dos auxiliares da justiça, é correto dizer:

- A) Os titulares de ofícios de justiça do foro judicial, não remunerados pelos cofres públicos, poderão admitir, sob a da responsabilidade do Estado, apenas o número de pessoas absolutamente necessário ao serviço.
- B) Os serviços auxiliares do Poder Judiciário são desempenhados por servidores denominados funcionários da justiça, serventuários da justiça do foro judicial e agentes delegados do foro extrajudicial.
- C) Os tabeliães de notas, tabeliães de protesto de títulos, oficiais de registro de imóveis denominam-se serventuários da justiça do foro judicial.
- D) Dentre outros, são deveres dos notórios e registradores fazer arrestos, penhoras, convocar pessoas para testemunharem.
- E) Os notários e registradores são impedidos de exercer a advocacia apenas em face do Estado.

042. Sobre a classificação das comarcas, seções judiciárias e distritos judiciários, é correto afirmar:

- A) a comarca da Região Metropolitana de Curitiba é composta, exclusivamente, pelo município de Curitiba.
- B) as comarcas classificam-se em comarcas de instância inicial, instância intermediária e instância final.
- C) nas comarcas onde haja duas varas a competência será de vara cível e criminal para uma e vara de família, infância e juventude e registros públicos para a outra.
- D) Foram elevadas à entrância final a Comarca de Guarapuava e a entrância intermediária as Comarcas de Guaratuba, Matinhos, São Mateus do Sul, Sarandi e Andirá.
- E) na comarca onde haja apenas uma vara, as demandas de Vara de Família deverão ser remetidas para a comarca mais próxima que tenha duas varas.

043. Sobre execução de título extrajudicial, que contenha obrigação de pagar quantia certa, é correto afirmar:

- A) Feita a penhora, intimar-se-á o devedor para embargar a execução no prazo de 48 horas, a partir da juntada do mandado de intimação aos autos.
- B) Feita a penhora, intimar-se-á o devedor para embargar a execução no prazo de 10 dias, a partir da juntada aos autos do mandado de intimação aos autos.
- C) Feita a penhora, intimar-se-á o devedor para impugnar a execução no prazo de 15 dias, a partir da intimação realizada na pessoa do advogado.
- D) Feita a penhora, intimar-se-á o devedor para embargar a execução no prazo de 5 dias, a partir da juntada do mandado de intimação aos autos.
- E) O executado, independentemente de penhora, poderá opor-se à execução por meio de embargos, no prazo de 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação.

044. Assinale a alternativa mais completa no que diz respeito ao momento processual adequado para ser examinada pelo julgador questão envolvendo ilegitimidade das partes:

- I - quando do despacho da petição inicial.
- II - no despacho saneador.
- III - no despacho saneador ou na sentença.
- IV - quando do julgamento do recurso.

É correta ou são corretas:

- A) apenas I.
- B) apenas IV.
- C) todas.
- D) apenas II, III e IV.
- E) apenas II e III.



045. Considera-se inepta a petição inicial, no processo civil, quando:

- I - o pedido for juridicamente impossível.
- II - a parte for manifestamente ilegítima.
- III - o autor carecer de interesse processual.
- IV - o tipo de procedimento, escolhido pelo autor, não corresponder à natureza da causa.

É correta ou são corretas:

- A) I, II e III.
- B) apenas II e III.
- C) II, III e IV.
- D) apenas I.
- E) apenas I e IV.

046. Sobre procedimentos especiais de jurisdição voluntária, é correto afirmar:

- I - na separação consensual os interessados devem estipular na inicial, obrigatoriamente e desde que os filhos sejam menores, cláusula a respeito do regime de visitas.
- II - a sentença proferida no pedido de interdição não faz coisa julgada material e produzirá efeitos desde logo.
- III - as disposições gerais estabelecem que o prazo para responder é de quinze dias.
- IV - nos procedimentos de jurisdição voluntária não será permitida a produção de provas, mesmo que requeridas pelos interessados.

Estão corretas:

- A) apenas I e II.
- B) apenas II e III.
- C) apenas II e IV.
- D) apenas I, II e IV.
- E) todas.

047. É princípio constitucional a imparcialidade do Juiz. Considerando essa assertiva, marque a alternativa correta:

- A) é pressuposto processual objetivo a imparcialidade do juiz.
- B) os casos justificativos da exclusão do juiz do processo, por impedimento ou suspeição, são de ordem objetiva e se referem ao juízo, independentemente da pessoa do juiz.
- C) os casos justificativos da exclusão do juiz do processo, por impedimento ou suspeição, são de ordem subjetiva, referem-se à competência do juiz.
- D) os casos justificativos da exclusão do juiz do processo, por impedimento ou suspeição, são de ordem objetiva, mas atinentes à competência do juiz.
- E) os casos justificativos da exclusão do juiz do processo, por impedimento ou suspeição, são de ordem subjetiva, atinentes à pessoa do juiz.

048. Considerando que o serviço público é uma das atividades que integram a denominada Administração Pública em sentido objetivo e que é atividade vinculada direta ou indiretamente ao Poder Público, assinale a alternativa correta:

- A) O serviço público tem como elemento a essencialidade da atividade. A atividade para ser considerada serviço público deve ser essencial para cada indivíduo. É um elemento formal que se traduz numa opção técnica e não política, definida em regulamentos administrativos.
- B) O serviço público não privativo se caracteriza pela impossibilidade de delegação para o exercício direto pelo particular.
- C) O serviço público pode ser definido, genericamente, como uma utilidade fruível pelos particulares, sendo o Estado o ente responsável pela sua prestação, ainda que por delegação a particulares.
- D) Atividades passíveis de delegação seriam aquelas compreendidas entre os serviços próprios, os quais não possuem a mesma conotação de essencialidade que os impróprios. São os chamados serviços *uti universi*, onde os destinatários são individualizados, os serviços são divisíveis, a fruição é direta.
- E) O serviço público pode ser interrompido em caso de inadimplemento contratual ou para atender direito de greve dos servidores públicos.

049. Considerando o regime jurídico específico do serviço público e os princípios do regime jurídico administrativo, assinale a alternativa correta:

- A) o princípio da adequação admite a prestação do serviço público de forma irregular.
- B) o concessionário de serviço público presta o serviço de forma ilimitada, com transferência da titularidade da atividade via contrato de concessão.
- C) serviço público é espécie de atividade econômica da administração pública, ligado à intervenção no domínio econômico.
- D) o princípio da eficiência determina a prestação do serviço público com o menor custo, considerando-se neste conceito o mais barato, independente de critério de qualidade.
- E) a impessoalidade refere-se à fundamental não-discriminação quanto às condições de acesso dos usuários ao serviço ofertado, à ausência de favoritismos ou de perseguições na prestação do serviço.



050. Bens públicos possuem regime jurídico peculiar e específico, integrando o denominado domínio público. Considerando o regime de direito público e as possibilidades de intervenção do Estado na propriedade privada, assinale a alternativa correta:

- A) A retrocessão prevê o retorno do bem desapropriado ao domínio do particular quando se demonstra que a Administração não destinou o bem de acordo com a motivação do ato de desapropriação e geralmente converte-se em perdas e danos.
- B) Desapropriação por necessidade pública possui como sanção o pagamento em títulos públicos.
- C) Bens de uso comum do povo possuem uso restrito e definido em lei.
- D) Bens dominicais são afetados pelo exercício de função pública.
- E) tombamento é espécie de intervenção que necessariamente exige pagamento de indenização pelo Poder Público ao proprietário do imóvel tombado.

051. As Licitações Públicas sujeitam-se ao regime jurídico estabelecido na Lei 8666/93, o qual estabelece um estatuto jurídico pautado em normas gerais que obrigam a todas as unidades da Federação e normas específicas que vinculam a União Federal. Com base nesse estatuto jurídico, assinale a alternativa correta:

- A) licitação é um procedimento posterior à qualquer contratação da Administração Pública.
- B) O pregão só existe na Administração Pública Federal e pressupõe fases escritas exclusivamente.
- C) A modalidade de licitação concorrência é utilizada para contratações de grande valor.
- D) o princípio da vinculação ao edital obriga somente aos licitantes.
- E) O leilão visa premiar um trabalho técnico, científico ou artístico.

052. Em relação a Licitações, é correto definir que a Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional se sujeita a um regime jurídico de direito público estabelecido em especial e preponderantemente pela Lei 8666/93. Considerando tal regime, assinale a alternativa correta:

- A) A proposta inexequível é aquela que gera a impossibilidade de licitação por haver um único fornecedor.
- B) O princípio do julgamento objetivo permite ao administrador julgar as propostas de licitantes de acordo com critérios pessoais e subjetivos, devendo explicitar objetivamente sua decisão.
- C) A dispensa de licitação pressupõe inviabilidade de competição.
- D) O edital é a lei interna da licitação, vinculando o licitante e a Administração em absoluto de modo a garantir o interesse público.
- E) A análise do mérito e da oportunidade e conveniência da contratação devem ser feitas exclusivamente na fase externa da licitação.

053. A Licitação possui duas fases, uma interna e outra externa, que determinam e condicionam o atuar do administrador na tomada de decisão administrativa. Considerando o rito estabelecido em cada uma destas fases e o regime jurídico de direito público aplicável à matéria, assinale a alternativa correta:

- A) A fase de habilitação visa à aferição das condições técnicas para a garantia do cumprimento do objeto contratual.
- B) O parecer da assessoria jurídica na fase interna da licitação é vinculante.
- C) O instrumento de contrato é obrigatório somente na modalidade de licitação tomada de preços, concorrência pública e leilão.
- D) A cessão total do objeto contratual é aceita desde que haja previsão no instrumento convocatório.
- E) a adjudicação pressupõe a verificação da regularidade do certame.

054. O Regime Jurídico do ato administrativo estipula elementos, atributos e categorias para o seu estudo e para possibilitar o controle da Administração Pública. Considerando essa realidade, assinale a alternativa correta:

- A) os atributos do ato administrativo são a forma, o motivo e a finalidade.
- B) a anulação ocorre por motivo de conveniência e oportunidade.
- C) o ato administrativo eficaz é aquele que produz efeitos no caso concreto.
- D) a revogação ocorre por motivo de ilegalidade.
- E) ato discricionário é aquele em que o administrador pode escolher a solução no caso concreto, havendo autonomia de vontade.

055. Os atos administrativos classificam-se segundo a sua formação, as suas prerrogativas e o grau de liberdade. Em relação a estas classificações, assinale a alternativa correta:

- A) Ato administrativo vinculado é aquele que permite ao administrador revogar os atos em contrário.
- B) Ato composto é aquele que necessita de duas vontades ou mais em dois atos para a sua formação.
- C) A imperatividade do ato administrativo impõe que todos os atos administrativos presumem-se verdadeiros.
- D) Ato administrativo vinculado é aquele que permite ao administrador liberdade na escolha da decisão.
- E) Ato administrativo vinculado é aquele que permite apenas parcialmente margem de escolha ao administrador.



056. Em relação a ato administrativo e seu regime jurídico, considerando-o como materialização do exercício de função pública, assinale a alternativa correta:

- A) Ato discricionário é aquele que possui todo o seu conteúdo disciplinado na lei e não há espaço para escolhas pelo administrador.
- B) Ato administrativo vinculado é aquele que não permite ao administrador liberdade na escolha da decisão, que traz todos os elementos regrados.
- C) A revogação do ato administrativo opera efeitos desde o momento de produção e formação do ato e incide sempre que se tratar de ilegalidade.
- D) O ato administrativo pode ser perfeito mesmo quando não teve seu ciclo de formação jurídica completado.
- E) A revogação do ato administrativo opera efeitos desde o momento de produção e formação do ato original e incide sempre que se tratar de ausência de conveniência e oportunidade da Administração Pública.

057. A Administração Pública exerce Função Pública na condição de potestade pública, no exercício de autoridade.

Considerando essa realidade, quanto aos atributos do ato administrativo, assinale a alternativa correta:

- A) verdadeiro, imperativo e discricionário.
- B) imperativo, legítimo e não auto-executável.
- C) auto-executável, imperativo e coercitivo.
- D) imperativo, legítimo e auto-executável.
- E) coercitivo, legítimo e atípico.

058. A Lei 10.931/2004 dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, entre outras disposições, alterando a Lei 4.591/1964 – Lei de Condomínio e Incorporações.

Nestes termos marcar a resposta correta:

- A) Considera-se constituído o patrimônio de afetação mediante registro, a qualquer tempo, no Registro de Imóveis, de termo firmado pelo incorporador e, quando for o caso, também pelos titulares de direitos reais de aquisição sobre o terreno.
- B) O incorporador não responde pelos prejuízos que causar ao patrimônio de afetação.
- C) O patrimônio de afetação não se comunica com os demais bens, direitos e obrigações do patrimônio geral do incorporador ou de outros patrimônios de afetação por ele constituídos e só responde por dívidas e obrigações vinculadas à incorporação respectiva.
- D) Os efeitos da decretação da falência ou da insolvência civil do incorporador poderão atingir os patrimônios de afetação constituídos, integrando a massa concursal o terreno, as acessões e demais bens, direitos creditórios, obrigações e encargos objeto da incorporação.
- E) O patrimônio de afetação extingue-se-á pela averbação da extinção das obrigações do incorporador perante a instituição financiadora do empreendimento.

059. A lei 8.245/91 regula a locação de imóveis urbanos, dispondo sobre os direitos e obrigações do locatário e locador.

Sobre esta matéria marcar V para as assertivas verdadeiras e F para as assertivas falsas:

( ) As benfeitorias necessárias introduzidas pelo locatário, ainda que não autorizadas pelo locador, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção, salvo expressa disposição contratual em contrário.

( ) Se o imóvel for alienado durante a locação, o adquirente poderá denunciar o contrato, com o prazo de noventa dias para a desocupação, salvo se a locação for por tempo determinado e o contrato contiver cláusula de vigência em caso de alienação e estiver averbado junto à matrícula do imóvel.

( ) No contrato de locação, pode o locador exigir do locatário, como garantia a caução em bens móveis e imóveis. O registro em cartório de títulos e documentos da caução em bens móveis ou a averbação à margem da respectiva matrícula da caução em bens imóveis são facultativos.

( ) O locatário preterido no seu direito de preferência poderá reclamar do alienante as perdas e danos ou, depositando o preço e demais despesas do ato de transferência, haver para si o imóvel locado, se o requerer no prazo de seis meses, a contar do registro do ato no cartório de imóveis, desde que o contrato de locação esteja averbado pelo menos trinta dias antes da alienação junto à matrícula do imóvel.

( ) Quando a locação residencial for ajustada verbalmente ou por escrito e com prazo inferior a trinta meses, findo o prazo estabelecido, a locação prorroga-se automaticamente, por prazo indeterminado, podendo ser retomado o imóvel a qualquer tempo, dando cabimento à denúncia vazia.

Marcar a seqüência correta:

- A) V,V,F,F,F.
- B) F,V,V,F,V.
- C) V,F,F,V,V.
- D) F,F,F,V,V.
- E) V,F,V,F,F.



060. Quanto às incorporações imobiliárias regidas pela Lei 4.591/1964 – Lei de Condomínio e Incorporações Imobiliárias, é correto afirmar:

- A) Oficial de Registro de Imóveis responde criminalmente, se efetuar o arquivamento de documentação contraveniente à lei ou der certidão sem o arquivamento de todos os documentos exigidos.
- B) Considera-se incorporador a pessoa jurídica, comerciante ou não, que embora não efetuando a construção, compromisse ou efetive a venda de frações ideais de terreno objetivando a vinculação de tais frações a unidades autônomas.
- C) O incorporador somente poderá negociar sobre unidades autônomas após ter registrado, no cartório competente de Registro de Imóveis, o título de propriedade de terreno, ou de promessa, irrevogável e irretroatável, de compra e venda ou de cessão de direitos ou de permuta do qual conste cláusula de imissão na posse do imóvel.
- D) Os contratos de compra e venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de unidades autônomas são irretroatáveis e, uma vez averbados, conferem direito real oponível a terceiros, atribuindo direito à adjudicação compulsória perante o incorporador ou a quem o suceder, inclusive na hipótese de insolvência posterior ao término da obra.
- E) **Considera-se incorporação imobiliária a atividade exercida com o intuito de promover e realizar a construção, para alienação total ou parcial, de edificações ou conjunto de edificações compostas de unidades autônomas.**

061. A Constituição Federal em seu artigo 180 e o Decreto Lei 3.365, de 21 de junho de 1941, dispõem sobre as desapropriações por utilidade pública. Sobre a matéria, julgue os itens seguintes:

- I. Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.
- II. Sem prejuízo de outros, consideram-se casos de utilidade pública: a segurança nacional, a salubridade pública, a exploração ou a conservação dos serviços públicos.
- III. Os atos de declaração de utilidade pública dependem de aprovação da maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo.
- IV. Os concessionários de serviços públicos e os estabelecimentos de caráter público ou que exerçam funções delegadas de poder público poderão promover desapropriações mediante autorização expressa, constante de lei ou contrato.

São corretas:

- A) I, II e IV.
- B) apenas II e IV.
- C) apenas I e III.
- D) apenas II e III.
- E) II, III e IV.

062. Quanto à aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no país ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, é FALSO:

- A) A aquisição de imóvel rural por pessoa física estrangeira não poderá exceder a 50 (cinquenta) módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua.
- B) **Ao estrangeiro que pretende imigrar para o Brasil é facultado celebrar, ainda em seu país de origem, compromisso de compra e venda do imóvel rural desde que, dentre de 10 (dez) anos, contados da data do contrato, venha fixar domicílio no Brasil e explorar o imóvel.**
- C) Quando se tratar de imóvel rural com área não superior a 3 (três) módulos, a aquisição será livre, independentemente de qualquer autorização ou licença, ressalvadas as exigências gerais previstas em lei.
- D) A pessoa estrangeira, física ou jurídica, só poderá adquirir imóvel situado em área considerada indisponível à segurança nacional.
- E) Compete ao INCRA fixar, para cada região, o módulo de exploração indefinida, podendo modificá-lo sempre que houver alteração das condições econômicas e sociais da região.

063. O Estatuto da Cidade estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Quanto à política urbana, é INCORRETO afirmar:

- A) O direito de adquirir o domínio de área ou edificação urbana de até 250 metros quadrados (usucapião especial de imóvel urbano) não será reconhecido, ao mesmo possuidor, mais de uma vez.
- B) São instrumentos de política urbana municipal, dentre outros, o zoneamento ambiental, o plano diretor e a disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo.
- C) É parte legítima para a propositura de ação de usucapião especial urbana, como substituto processual, a associação de moradores da comunidade, regularmente constituída, com personalidade jurídica, desde que explicitamente autorizada pelos representados.
- D) **Compete aos Municípios, exclusivamente, legislar sobre normas gerais de direito urbanístico.**
- E) A usucapião especial coletiva de imóvel urbano será declarada pelo juiz, mediante sentença, a qual servirá de título para registro no cartório do registro de imóveis.



064. Os cartórios encarregados dos serviços notariais e de registro prestarão serviços de atendimento ao público nos dias e horários estabelecidos pelo juízo competente, observando-se ainda:

- A) O mínimo de seis horas diárias e atendimento também aos sábados, domingos e feriados, pelo sistema de plantão, no caso de serviço de registro civil das pessoas naturais.
- B) O mínimo seis horas diárias e atendimento também aos sábados, domingos e feriados, pelo sistema de plantão nos casos de registro civil das pessoas naturais e de registro de imóveis.
- C) O mínimo de oito horas diárias, exceto aos sábados, domingos e feriados.
- D) O mínimo de seis horas diárias, exceto aos sábados, domingos e feriados.
- E) O mínimo de quatro horas diárias, exceto aos sábados, domingos e feriados.

065. Assinale, dentre as alternativas, a que contém, exclusivamente, titulares de serviços notariais e de registro:

- A) Tabeliães de notas e protestos de títulos; oficiais de registro de imóveis; oficiais de registro de títulos e documentos e registros civis das pessoas jurídicas; oficiais de registro civil das pessoas naturais e de interdições e tutelas; oficiais de registro de distribuição, oficiais de justiça, escrivães e escreventes juramentados das varas de registros públicos.
- B) Tabeliães de notas e protestos de títulos; oficiais de registro de imóveis; oficiais de registro de títulos e documentos e registros civis das pessoas jurídicas; oficiais de registro civil das pessoas naturais e de interdições e tutelas; oficiais de registro de distribuição, escrivães e escreventes juramentados das varas cíveis, de família e criminais, das respectivas comarcas de atuação.
- C) Tabeliães de notas e protestos de títulos; oficiais de registro de imóveis; oficiais de registro de títulos e documentos e registros civis das pessoas jurídicas; oficiais de registro civil das pessoas naturais e de interdições e tutelas; oficiais de registro de distribuição; tabeliães e oficiais de registro de contratos marítimos.
- D) Tabeliães de notas e protestos de títulos; oficiais de registro de imóveis; oficiais de registro de títulos e documentos e registros civis das pessoas jurídicas; oficiais de registro civil das pessoas naturais e de interdições e tutelas; oficiais de registro de distribuição e oficiais de justiça.
- E) Tabeliães de notas e protestos de títulos; oficiais de registro de imóveis; oficiais de registro de títulos e documentos e registros civis das pessoas jurídicas; oficiais de registro civil das pessoas naturais e de interdições e tutelas; oficiais de registro de distribuição, escrivães e escreventes juramentados das varas de registros públicos, cíveis, de família e criminais das respectivas comarcas de atuação.

066. Sobre as atribuições, competências e responsabilidade dos notários, analise as seguintes alternativas:

- I. O tabelião de notas poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação, quando se tratar de comarcas circunvizinhas.
- II. É livre a escolha do tabelião de notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio.
- III. O exercício de atividade notarial e de registro é incompatível com o da advocacia, o da intermediação de seus serviços ou de qualquer cargo, emprego ou função públicos, excetuados os cargos em comissão.
- IV. Os notários e oficiais de registro responderão pelos danos que eles e seus prepostos causem a terceiros, na prática de atos próprios da serventia, assegurado aos primeiros direito de regresso no caso de dolo ou culpa dos prepostos.

São corretas:

- A) apenas I e III.
- B) I, III e IV.
- C) apenas III e IV.
- D) apenas II e IV.
- E) I, II e IV.

067. Aos tabeliães de notas, nos termos da Lei que regulamenta os serviços notariais e de registro, compete com exclusividade:

- A) Lavrar escrituras e procurações públicas; lavrar testamentos públicos, lavrar atas notariais, reconhecer firmas e autenticar cópias.
- B) Lavrar escrituras e procurações públicas, reconhecer firmas, autenticar cópias e lavrar registros de títulos e documentos de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas e com sede no Brasil.
- C) Lavrar escrituras e procurações públicas; lavras testamentos públicos, lavrar atas notariais, reconhecer firmas, autenticar cópias, lavras registro de títulos e documentos e de escrituras públicas de doação, compra e venda e dação em pagamento de bens móveis.
- D) Lavrar escrituras e procurações públicas, reconhecer firmas, autenticar cópias e lavrar registros de títulos e documentos de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas e com sede no Brasil, lavrar registro de escrituras públicas de bens móveis e imóveis.
- E) Lavrar escrituras e procurações públicas; lavrar testamentos públicos, lavrar atas notariais, reconhecer firmas e autenticar cópias, lavrar protestos registrando o ato em livro próprio.



068. Protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida. Os serviços concernentes ao protesto são regulamentados pela Lei 9.492/97.

Quanto ao protesto, é FALSO afirmar:

- A) O protesto será registrado dentro de três dias úteis contados da protocolização do título ou documento de dívida.
- B) Quando a intimação for efetivada no último dia do prazo ou além dele, por motivo de força maior, o protesto será tirado no primeiro dia útil subsequente.
- C) Considera-se não útil o dia em que não houver expediente bancário para o público ou aquele em que este não obedecer ao horário normal.
- D) Na contagem do prazo de protesto inclui-se o dia da protocolização e exclui-se o do vencimento.
- E) Qualquer irregularidade formal observada pelo Tabelião obstará o registro do protesto.

069. Em caso de sustação de protesto:

I. Serão enviados, de imediato pelo oficial do Cartório, ao juízo competente, os títulos ou documentos de dívida objeto de sustação judicial de protesto.

II. O título do documento de dívida cujo protesto foi sustado judicialmente poderá ser pago em cartório de protesto, dentro de 24 horas, independentemente de autorização judicial.

III. Revogada a ordem de sustação, não há necessidade de se proceder à nova intimação do devedor, sendo a lavratura e o registro do protesto efetivados até o primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da revogação, salvo se a materialização do ato depender de consulta a ser formulada ao apresentante, caso em que o mesmo prazo será contado da data da resposta dada.

IV. As dúvidas do Tabelião de Protesto serão resolvidas pelo juízo competente.

São corretas:

- A) apenas I e II.
- B) apenas I, III e IV.
- C) apenas III e IV.
- D) apenas I e IV.
- E) I, II, III e IV.

070. Sobre o pagamento do título ou do documento apresentado para protesto é, coreto afirmar que:

- A) Quando do pagamento no Tabelionato ainda subsistirem parcelas vincendas, será dada quitação da parcela paga em apartado, permanecendo o original do título em Cartório de Protesto, até o pagamento das demais parcelas.
- B) No ato do pagamento, o Tabelionato de Protesto dará a respectiva quitação, e o valor devido será colocado à disposição do apresentante no segundo dia útil subsequente ao do recebimento.

C) Não poderá ser recusado pagamento oferecido dentro do prazo legal, desde que feito no Tabelionato de Protesto competente, no valor igual ao declarado pelo apresentante, acrescido dos emolumentos e demais despesas.

D) Quando o pagamento for feito por meio de cheque de estabelecimento bancário da mesma praça em que está situado o Tabelionato, a quitação será imediata.

E) Não se admite pagamento por meio de cheque, de título ou documento de dívida sob protesto.

071. Considerando as características e natureza das sociedades anônimas, analise as seguintes afirmativas:

I. A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao prelo de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

II. Para beneficiar-se de incentivos fiscais, ou como meio de realizar o objeto social, a companhia não pode ter por objeto participar de outras sociedades, salvo previsão expressa no estatuto.

III. A companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.

IV. Na companhia aberta, os titulares de, no mínimo, 10% das ações em circulação no mercado poderão requerer aos administradores da companhia que convoquem assembleia especial dos acionistas titulares de ações em circulação no mercado, para deliberar sobre a realização de nova avaliação pelo mesmo ou por outro critério, para efeito de determinação do valor de avaliação da companhia.

São corretas:

- A) apenas III e IV.
- B) apenas I e III.
- C) apenas II e III.
- D) apenas I, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

072. Na lavratura de atos notariais, inclusive os relativos a imóveis, além dos documentos de identificação das partes, serão apresentados:

A) Apenas documento comprobatório de IPTU (imposto predial e territorial urbano) ou IPTR, (imposto predial e territorial rural) conforme se trate de imóvel urbano ou rural, sendo obrigatória sua transcrição.

B) documento comprobatório do pagamento do imposto de transmissão inter vivos (ITBI), as certidões fiscais, feitos ajuizados, e ônus reais, sendo obrigatória sua transcrição.

C) documento comprobatório do pagamento do imposto de transmissão inter vivos, as certidões fiscais, feitos ajuizados, e ônus reais, além de documento comprobatório de IPTU (imposto predial e territorial urbano) ou IPTR, (imposto predial e territorial rural) conforme se trate de imóvel urbano ou rural, ficando dispensada sua transcrição.





D) documento comprobatório do pagamento do imposto de transmissão inter vivos (ITBI), as certidões fiscais, feitos ajuizados, e ônus reais, ficando dispensada sua transcrição.

E) Apenas documento comprobatório do pagamento dos impostos de transmissão inter vivos (ITBI) e de imposto predial e territorial urbano (IPTU) ou de imposto predial e territorial rural (IPTR), caso se trate de imóvel urbano ou rural, ficando dispensada sua transcrição.

073. Quanto à finalidade, objetivo, receita e aplicação de recursos provenientes da arrecadação do FUNREJUS, analise as afirmativas seguintes:

I. O FUNREJUS tem por finalidade a complementação de recursos orçamentários e financeiros destinados ao reequipamento dos órgãos que compõem a estrutura do Poder Judiciário.

II. O FUNREJUS tem por objetivo assegurar as condições físicas e materiais visando à modernização, dinamização e aperfeiçoamento dos serviços judiciários.

III. Constituem receitas do FUNREJUS, dentre outras, as taxas de inscrição em concursos públicos realizados pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

IV. Os recursos financeiros provenientes da arrecadação do FUNREJUS serão aplicados, dentre outras funções, para a implementação dos serviços de informática da Justiça Estadual e para o pagamento de gratificações aos servidores do Poder Judiciário.

São corretas:

- A) apenas II e III.
- B) apenas I, II e III.
- C) I, II, III e IV.
- D) apenas III e IV.
- E) apenas I e II.

074. Marque entre os parênteses **R** para as situações em que cabe o **Recolhimento** e **I** para os casos de **Isenção** do FUNREJUS, assinalando a alternativa que contém a seqüência correta:

( ) cópias reprográficas extraídas pelos órgãos do Poder Judiciário.

( ) descontos efetuados nas folhas de pagamento dos servidores do Poder Judiciário, em decorrência de suspensões, faltas e atrasos não justificados.

( ) registros dos formais de partilha.

( ) atos de cancelamento ou baixa de pacto comissório, hipoteca, penhoras e outras garantias.

( ) os atos relativos às cédulas de crédito comercial, industrial e de exportação.

- A) I, I, R, R, I.
- B) R, R, I, I, R.
- C) R, I, R, I, R.
- D) R, R, I, I, I.
- E) I, I, R, R, R.

075. De acordo com as instruções normativas 01 e 02/99 do Conselho Diretor do FUNREJUS, é correto afirmar:

A) No caso da prática de dois ou mais atos concomitantes, no mesmo procedimento, recolhe-se FUNREJUS sobre todos os atos, com redução de 50% sobre cada um deles.

B) O recolhimento da taxa judiciária deve ser efetuado por ocasião do depósito inicial.

C) Em caso de inscrição de atos de constrição, penhora, arresto ou seqüestro no Registro de Imóveis, o titular da serventia deve oficiar ao Juízo de origem pela inclusão da importância devida ao FUNREJUS na conta geral do processo, mesmo nos casos em que tais registros sejam recebidos via correio. Sem a comprovação do recolhimento ao FUNREJUS não pode ser determinado o arquivamento dos autos.

D) Para efeito de recolhimento das importâncias devidas ao FUNREJUS nos atos que envolvam transação imobiliária, será considerado como base de cálculo o valor venal do imóvel atribuído pelo poder Público Municipal para efeito de cobrança de IPTU.

E) Nos atos de alteração de valor como aditivos e re-ratificação não será devido ao FUNREJUS o recolhimento de percentual sobre a diferença do valor originário.

076. Em caso de autos perdidos, é correto afirmar:

A) As custas com a restauração ficarão a cargo do escrivão.

B) As custas com a restauração serão pagas pelo culpado pelo extravio dos autos.

C) As custas com a restauração serão pagas pelo autor.

D) As custas com a restauração serão pagas com recursos do FUNREJUS.

E) Na restauração de autos não são devidas custas.

077. Há isenção do pagamento de custas:

A) Nos conflitos de jurisdição suscitados pelas partes.

B) Nos processos criminais em geral.

C) Nas habilitações de casamento em geral.

D) nos processos de *habeas corpus*, quer em primeira, quer em segunda instância.

E) Nas ações por acidente de trabalho, quando vencidos o acidentado ou seus beneficiários ou o empregador.

078. Quanto à incidência de custas nos Juizados Especiais Cíveis, analise as seguintes afirmativas:

I. Nos Juizados Especiais Cíveis são devidas custas no preparo do recurso inominado, que compreenderá todas as despesas, inclusive as dispensadas em primeiro grau.

II. Nos Juizados Especiais Criminais são devidas custas nas hipóteses de descumprimento da composição civil e de decisão condenatória.



III. As custas processuais nos Juizados Especiais Cíveis serão calculadas no percentual de 30% dos valores estipulados em Tabela própria do Regimento de Custas.

IV. Além de outras, serão recolhidas ao FUNREJUS as custas recursais nos Juizados Especiais.

São corretas:

- A) apenas II e III.
- B) apenas I, II e IV.
- C) apenas I, II e III.
- D) apenas II e IV.
- E) I, II, III e IV.

079. No Registro de Imóveis, além da matrícula, serão feitos o registro:

I – do contrato de locação, para fins de exercício do direito de preferência.

II – do contrato de concessão do direito real de uso de imóvel público.

III – das sentenças de separação, divórcio e de nulidade ou anulação do casamento, quando, nas respectivas partilhas, existirem imóveis ou direitos reais sobre imóveis.

IV – dos contratos de promessa de compra e venda de terrenos loteados em conformidade com o Decreto-lei 58, de 10 de dezembro de 1937, e respectiva cessão e promessa de cessão, quando o loteamento se formalizar na vigência da Lei de Registros Públicos.

São corretas:

- A) apenas II e IV.
- B) I, II e III.
- C) apenas I e IV.
- D) I, II e IV.
- E) II, III e IV.

080. Sabendo-se que registro é o ato realizado pela transcrição dos textos dos documentos em sua íntegra ou por resumo, mencionando-se suas características, assinaturas e demais detalhes descritivos em livros apropriados e sob uma rígida ordem seqüencial de apresentação e que a averbação consiste na anotação realizada à margem de um registro já existente.

Em relação às atribuições do Registro de Imóveis, identifique com R os casos de Registro e com A os casos de Averbação:

- ( ) das cédulas de crédito rural.
- ( ) da cessão de crédito imobiliário.
- ( ) das servidões em geral .
- ( ) da dação em pagamento.
- ( ) das cédulas hipotecárias.

Assinale a seqüência correta:

- A) R, R, A, R, A.
- B) R, A, A, R, A.
- C) A, A, R, R, A.
- D) A, R, A, R R.
- E) R, A, R, R, A.

081. Quanto à matrícula de imóvel, é correto afirmar que:

- A) somente poderá ser cancelada por decisão judicial.
- B) promovida pelo titular do domínio útil não aproveita ao titular do domínio direto.
- C) promovida pelo titular do domínio direto aproveita ao titular do domínio útil e vice-versa.
- D) Somente poderá ser cancelada, quando, em virtude de alienações parciais, o imóvel for transferido a outros proprietários.
- E) poderá ser cancelada somente por decisão judicial e em caso de fusão de imóveis.

082. No Registro Civil das Pessoas Jurídicas serão inscritos:

- I. Os atos constitutivos e os estatutos dos partidos políticos.
- II. As sociedades civis que revestirem a forma de sociedade anônima.
- III. Os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromissos das sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, bem como das fundações e das associações de utilidade pública.
- IV. Jornais, periódicos, oficinas impressoras, empresas de radiofusão e agências de notícias.

São corretas:

- A) I e II.
- B) apenas III e IV.
- C) II, III e IV.
- D) I, III e IV.
- E) apenas II e III.

083. No Livro de Nascimento serão averbados:

- I. a perda e a suspensão do pátrio poder.
- II. o reconhecimento judicial ou voluntário de filhos.
- III. as escrituras de adoção.
- IV. A perda de nacionalidade brasileira, quando comunicada pelo Ministério da Justiça.

São corretas:

- A) I, II, III e IV.
- B) apenas II, III e IV.
- C) apenas II e III.
- D) apenas I e II e III.
- E) apenas III e IV.



084. Sobre o Registro de Títulos e Documentos, é INCORRETO afirmar que:

- A) Contém 4 livros, todos com 300 folhas, sendo o Livro A de protocolo, Livro B de Registro Integral, Livro C de registro resumido, Livro D de índice de Localização (que pode ser substituído por fichas).
- B) Dentro do prazo de 10 (dez) dias da data da sua assinatura pelas partes, todos os atos enumerados nos artigos 127 a 129 da Lei dos Registros Públicos serão registrados no domicílio das partes contratantes e, quando residam estas em circunscrições territoriais diversas, far-se-á o registro no domicílio da parte que o requereu e promoveu o pagamento das custas registrais.
- C) Caberá ao registro de Títulos e Documentos a realização de quaisquer registros não atribuídos expressamente a outro ofício.
- D) No Registro de Títulos e Documentos será feita a transcrição do penhor comum sobre coisas móveis.
- E) No Registro de Títulos e Documentos será feita a transcrição facultativa de quaisquer documentos, para a sua conservação.

085. Suscitada a dúvida judicial sobre o registro de imóveis, da sentença poderão interpor apelação:

- A) O interessado, o terceiro prejudicado e o Ministério Público.
- B) Apenas o interessado, o terceiro prejudicado e o Oficial do Registro.
- C) Apenas o interessado.
- D) O interessado, o terceiro prejudicado, o Oficial do Registro e o Ministério Público.
- E) Apenas o interessado e o terceiro prejudicado.

086. Sobre o Registro de Imóveis, analise as afirmativas seguintes:

I – enquanto não matriculado o imóvel, as averbações das circunstâncias que, de qualquer modo, tenham influência nos registros escriturados nos livros constantes da anterior Lei de Registros Públicos ou das pessoas nelas interessadas, continuarão a ser feitas à margem das respectivas inscrições e transcrições.

II – Nos casos de desmembramento, subdivisão, unificação e fusão de imóveis urbanos é desnecessária a anuência prévia do município onde estiver situado o imóvel.

III – O direito de superfície será objeto de registro na matrícula do imóvel.

IV – O cancelamento pelo registrador de prenotação de registro de imóveis, dependerá de autorização judicial ainda que não tenha o interessado feito o pagamento dos emolumentos no prazo de 30 (trinta dias).

É correta ou são corretas:

- A) apenas II e IV.
- B) apenas I e III.
- C) apenas III.
- D) I, III e IV.
- E) apenas IV.

087. Sobre a publicidade dos registros públicos, assinale a INCORRETA:

- A) Salvo determinação judicial, nas certidões de registro civil, não se mencionará a circunstância de ser legítima ou ilegítima a filiação.
- B) Ressalvados os casos expressamente previstos em Lei, a certidão de registro será lavrada independentemente de despacho judicial, devendo mencionar o livro de registro ou o documento arquivado no cartório.
- C) As certidões serão lavradas em inteiro teor, em resumo, ou em relatório, conforme quesitos e devidamente autenticadas pelo oficial ou seus substitutos legais, não podendo ser retardadas por mais de 5 dias.
- D) As certidões de nascimento mencionarão, além da data em que foi feito o assento, a data, por extenso, do nascimento e, ainda, expressamente, o lugar onde o fato houver ocorrido.
- E) Qualquer pessoa do povo pode requerer certidão do registro bastando informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.

088. Quanto ao exercício da atividade notarial e de registro, analise as assertivas que seguem:

I. o exercício da advocacia, o da intermediação de seus serviços, ou de qualquer cargo, emprego ou função públicos, ainda que em comissão.

II. o exercício do magistério superior, o exercício da advocacia, o da intermediação de seus serviços, ou de qualquer cargo, emprego, ou função públicos, salvo os cargos em comissão.

III. a prática pessoal, pelo notário e o registrador de qualquer ato de seu interesse ou de interesse de seu cônjuge, ou de parentes na linha reta, ou na colateral, consangüíneos ou afins, até o quarto grau.

IV. Não são acumuláveis os serviços de tabelionato de notas e protesto de títulos, salvo nos Municípios que não comportarem, em razão do volume dos serviços ou da receita, a instalação de mais de um dos serviços.

São corretas:

- A) apenas I e IV.
- B) apenas II e IV.
- C) apenas III e IV.
- D) II, III e IV.
- E) I, III e IV.



089. Em caso de impedimento ou suspeição do oficial do Registro, assinale a alternativa correta:

- A) Declarada a suspeição ou impedimento, caberá ao oficial do Registro comunicar o fato dentro de 48 horas ao Juiz de Direito Diretor do Fórum, para que este designe o oficial substituto para lavratura do ato.
- B) o ato deverá ser lavrado ou registrado em outra serventia, necessariamente.
- C) o ato poderá ser lavrado ou registrado pelo substituto da própria serventia, desde que este não incorra no mesmo impedimento ou suspeição.
- D) A lavratura do ato dependerá de autorização judicial, em qualquer caso.
- E) O ato será lavrado na mesma serventia, por um oficial *ad hoc* entre os titulares de serviços da mesma natureza, designado pelo Juiz da Vara dos Registros Públicos.

090. Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça, no seu capítulo 10, estabelece as normas sobre as atividades dos Notários e Registradores. De acordo com essas normas, assinale a alternativa correta:

- A) A implantação da computação de dados dispensa a utilização dos livros em suporte cartáceo.
- B) Desde que expedido o respectivo recibo, o oficial fica dispensado de informar no documento, o valor correspondente aos emolumentos cobrados para escrituras, buscas, certidões, averbações e registros de qualquer natureza.
- C) É absolutamente vedada para a prática de atos da serventia, a utilização pelos notários e registradores, de folhas que não sejam de fundo totalmente branco.
- D) É vedado manter livro paralisado por período superior a trinta (30) dias, com uso concomitante de outro com a mesma finalidade.
- E) Em nenhuma hipótese permite-se a retirada dos livros, papéis e de documentos da serventia.

091. Em relação à lei penal e suas formas de interpretação, assinale a alternativa correta:

- A) A lei penal brasileira não será aplicada a nenhum caso ocorrido fora do território nacional.
- B) O Direito Penal admite a analogia, em situações excepcionais, em benefício ao acusado, conhecida como analogia *in bonam partem*.
- C) A lei penal nova mais benéfica retroage apenas se não houver trânsito em julgado da sentença condenatória.
- D) A lei penal brasileira concede imunidade parlamentar material aos membros de todos os Poderes.
- E) O Art. 327, do CP (*Art. 327, CP: Considera-se funcionário público para fins penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública*) é uma norma penal incriminadora.

092. Em relação ao tipo penal e ao conceito formal, material e analítico de crime, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) O conceito material de crime está vinculado à idéia de bem jurídico.
- B) O conceito analítico de crime divide-o em estágios para facilitar o estudo e a compreensão, com etapas seqüenciais e lógicas.
- C) O tipo penal, segundo o Código Penal brasileiro, pode ser imputado apenas a título de dolo ou culpa.
- D) Todos os crimes têm a modalidade culposa.
- E) O dolo pressupõe, como regra geral, conhecimento e vontade em realizar um tipo objetivo.

093. Sobre as formas de exclusão da antijuridicidade (ilicitude) e da culpabilidade assinale a alternativa INCORRETA:

- A) A coação moral irresistível é causa excludente (dirimente) de culpabilidade.
- B) O funcionário público pode valer-se de todas as excludentes de ilicitude, respeitados os requisitos de cada qual.
- C) Aos menores de dezoito anos, em razão de sua irresponsabilidade perante o Direito Penal, aplica-se medida de segurança.
- D) O funcionário público pode efetuar uma prisão em caso de flagrante delito, ainda que não seja autoridade policial.
- E) O erro de proibição não pode ser invocado por funcionário público.

094. Sobre os crimes contra a administração pública, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A promessa de vantagem indevida ao funcionário público para que retarde ato de ofício é corrupção ativa.
- B) A solicitação de vantagem indevida, em razão da função, para retardar ato de ofício é corrupção ativa.
- C) A exigência de vantagem indevida, em razão da função, para si é corrupção ativa.
- D) O extravio de livro oficial é conduta atípica.
- E) Somente os funcionários públicos concursados e estáveis podem ser acusados de peculato.

095. Em relação aos crimes contra a fé pública, assinale a alternativa correta:

- A) A alteração de documento público verdadeiro é conduta atípica.
- B) O funcionário público que entrar no exercício de função pública, antes de satisfeitas as exigências legais, incorre apenas em infração funcional.
- C) As penas para os delitos de falsidade material de documento particular e público são idênticas.
- D) O reconhecimento, como verdadeiro, de firma que não o seja, somente será típica se for para satisfazer interesse próprio.
- E) A omissão de declaração em documento público, que nele devia constar, é crime de falsidade ideológica.



096. Em relação à interpretação e aplicação da norma processual penal, assinale a alternativa correta:

- A) Os atos processuais penais, como regra, regem-se pela lei em vigor ao tempo de sua realização (princípio do *tempus regit actum*).
- B) A lei processual penal somente pode ser interpretada restritivamente.
- C) Não é permitido o uso da analogia em Direito Processual Penal.
- D) Não há dispositivos processuais penais no Código Penal.
- E) A lei processual penal nova somente se aplica se for mais benéfica ao acusado.

097. Uma análise sistemática do texto constitucional permite a verificação de que um grande número de dispositivos constitucionais deve ter aplicação sobre todos os ramos do direito.

No tocante à aplicação do direito processual penal à luz da Constituição da República, assinale a alternativa correta:

- A) Os princípios constitucionais não são aplicáveis aos delitos hediondos e aos equiparados.
- B) A Constituição da República de 1988 prevê o direito ao silêncio, que somente é aplicável ao interrogatório judicial, e não aquele realizado durante a fase de investigação preliminar.
- C) Os Tratados e Convenções Internacionais, mesmo que observados os procedimentos legais para sua integração ao ordenamento jurídico, somente terão influência nas normas de direito processual penal se assim expressamente o Decreto legislativo o declarar.
- D) Os princípios constitucionais, dentre outras funções, são norteadores para a interpretação, tanto das leis vigentes quando da promulgação da Constituição da República de 1988, quanto das leis supervenientes.
- E) Os princípios constitucionais não são aplicáveis aos processos que investigam crimes relacionados com o crime organizado e com os de atividade típica de grupo de extermínio.

098. Sobre a ação penal, assinale a alternativa correta:

- A) A ação penal que envolve funcionário público deve, sempre, seguir o rito dos crimes cometidos por funcionário público.
- B) O inquérito policial é indispensável sempre que houver notícia de crime.
- C) A ação penal, que envolve um funcionário público e um particular (que tenha concorrido para a prática do crime), não precisa, necessariamente, desenvolver-se em único processo.
- D) A investigação preliminar sobre crime de que é acusado funcionário público deve, necessariamente, ser formalizada por meio de inquérito policial.
- E) Todas ações penais privadas contra funcionário público têm competência originária nos Tribunais.

099. Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) O funcionário público pode constar como noticiado em Termo Circunstanciado.
- B) A defesa prévia, após o interrogatório, poderá ser apresentada pelo próprio acusado, mesmo que não seja Advogado.
- C) Nem todo funcionário público tem prerrogativa de função (ou foro privilegiado).
- D) O delito de desacato é de competência dos Juizados Especiais Criminais.
- E) O funcionário público poderá ser julgado pelo Júri popular.

100. No tocante às nulidades e recursos em geral, assinale a alternativa correta:

- A) A nulidade absoluta preclui, se não for argüida na primeira oportunidade após o seu conhecimento.
- B) A decisão que concede liberdade provisória não pode ser atacada por recurso em sentido estrito.
- C) A nulidade absoluta exige que se demonstre a ocorrência de prejuízo.
- D) Há no processo pressupostos subjetivos (juiz investido, competente absolutamente e imparcial e partes capazes) e objetivos (ausência de litispendência e coisa julgada, e regularidade procedimental) que são os requisitos para uma relação processual.
- E) Não se pode impetrar *habeas corpus* contra ato da autoridade judiciária, quando se tratar de ação penal de competência originária dos Tribunais.